

# Cidadania estabelece responsabilidades

**Mudança da sociedade permitirá construção de uma escola melhor e mais atuante**

**N**a medida em que a cidadania fornece a autonomia da escola, estabelece claras responsabilidades da escola para com os alunos e dos professores para com os alunos e também fortalece mecanismos de conselho, que estão bastante amplos, mesmo porque a heterogeneidade do País é muito grande. A participação depende do desenvolvimento da cultura democrática no País e essa cultura, que tem dado saltos muito grandes, precisaria agora ser canalizada para áreas onde pode atuar com maior eficiência. Exatamente dentro da escola, não simplesmente por meio dos grandes movimentos sociais em favor da escola, mas com o pai exigindo uma educação para o filho. É a mudança da sociedade que vai condicionar e permitir essa influência mais decisiva. A lei dá um passo importante em direção à equalização de recursos em função do custo-aluno, do investimento por aluno que é um cálculo básico que precisa ser feito. É preciso a participação, de um lado, e de outro tem que ter um mínimo de redistribuição financeira que dê ocasião para que o ensino se realize, o professor seja pago, o livro seja comprado, a escola seja pintada. Temos, aliás, uma longa tradição de leis fantásticas que não pegam. Mas se ela pega, e eu acho que tem condições de pegar, teremos esses dois instrumentos básicos: o fortalecimento da escola propriamente dita, a abertura desses canais, e um mecanismo de financiamento que permite a cobrança na escola e não simplesmente uma cobrança abstrata. A cobrança de quanto o governo do Estado de São Paulo gastou, se era 25% ou 27%, é muito difícil. Agora, se for dito que tem que chegar a tantos reais por aluno em relação à escola, para pagamento de professores, essa é uma questão que cada um na sua escola pode de verificar. Ela muda e altera o procedimento de controle.

**Cury** — A educação, pelo menos em

relação à sua importância e às funções que se lhe atribuem, transformou-se pela primeira vez na história da República numa unanimidade efetiva. Os movimentos sociais colocam a educação dentro de uma valorização muito grande. O empresariado hoje conhece a necessidade de uma força de trabalho que seja bem instruída, esclarecida e participativa, desenvolvendo, por exemplo, as capacidades abstrativas e assim por diante. Quem ocupa funções de governo ou ocupa funções de Estado sabe de muito tempo da importância da educação.

Acho que uma lei de diretrizes e bases vem tentar agregar essas atribuições de importância que nascem de todos os lados. Para efetivar isso há caminhos diferenciados, mas hoje é uma aspiração nacional que o ensino fundamental se universalize e com um padrão de competência e de qualidade. Esse é um elemento em que vejo como a lei não procurou excluir o real, procurou incluir a realidade que nos circunda.

**Gianotti** — A unanimidade é efetiva. Mas como ainda sou alguém que faz uma filosofia com aspirações realistas, quando essa unanimidade passa a enfrentar os problemas mais sérios do sistema de ensino, ela se esboçava. Esse é o grande desafio. Falamos da lei, da participação, mas quer saber como é que vai se dar o processo pedagógico no interior da escola. Para que esse processo pedagógico possa ser realizado hoje, temos que reciclar quantos mil professores?

**Eunice** — São 30 milhões de alunos, uma base de 19 ou 20 alunos por professor, dá um milhão e 300 mil professores.

**Gianotti** — Quero saber como é que vamos resolver o problema da repetição, o problema da permanência dos alunos na escola, com 1,5 milhão de professores extremamente abnegados, mas com salários aviltantes. E mais ainda, eles poderão ter a melhor vontade do mundo, mas estão inteiramente despreparados para exercer uma atividade pedagógica moderna. Aí é que está, a meu ver, o grande problema. O grande problema vai ser uma interferência muito precisa da União, do Estado e do município na formação e na reciclagem desses professores. Is-

so não há lei que estimule, não há lei que assegure. Não vamos pedir à lei o que ela não pode dar.

**Estado** — A questão da repetição é polêmica. Não há clareza, por parte dos pais, da necessidade de uma mudança conceitual no sistema de avaliação, por exemplo.

**Gianotti** — Mais ainda, acho que existe ainda uma espécie de idealismo da população, isso em qualquer nível, pedindo que a educação fundamental seja muito menos uma educação de técnicas, de habilidades, sendo que é isso que a escola fundamental tem que dar, e pede a direção para a cidadania, transformação em grandes eleitores e assim por diante. No fundo, o que temos como ideologia dominante é a ideia de que a escola vai formar um cidadão. Ora, a escola, antes de formar um cidadão, deve formar uma pessoa capaz de escrever uma carta, de ler um jornal, de votar. É nesse elemento prático que a cidadania se faz e não por meio do encaractere de determinadas ações. Eu fico muito preocupado, por exemplo, quando vejo vários colegas meus insistirem na importância da educação ética hoje nas escolas, como se os professores pudessem realmente, por intermédio do ensino da ética, ensinar bons comportamentos. Eu não creio nisso. Então, estamos transferindo para a escola e para o ensino formal aquilo que o ensino informal não está dando. Se continuarmos nessa dicotomia, vamos cada vez mais enriquecer o ensino formal para que ele possa superar as fissuras da sociedade moderna. Isso não vai dar.

**Estado** — A partir dessa lei, as crianças vão sair da 8ª série com capacidade para escrever uma carta?

**Eunice** — A partir dessa lei e se tivermos uma política educacional adequada. Isso vai depender do Estado, do município, da União e do pai. O pai não pode esperar que a lei vá resolver o problema de educação do filho dele. Acho que a educação está mudando.

**Estado** — Mas o pai também não pode entrar na escola e ensinar ou dizer ao professor o que ensinar.

**Eunice** — Mas ninguém está dizendo isso. O que a lei estabelece? A lei estabelece a diretriz curricular. O que a lei diz? O Estado e o município desenvolverão as diretrizes curriculares e as diretrizes curriculares estabelecerão certos níveis de habilidade. Estabeleceremos um processo de avaliação no qual você pode calibrar esses níveis de habilidade. É isso o que a lei pode dizer. Se o pai está esperando que a lei vá dizer exatamente o que o filho dele vai aprender na escola, ele está esperando no lugar errado. Sobre a expectativa

da sociedade, concordo que essa demanda de se formar um cidadão crítico da 1ª à 4ª série é um pouco exagerada. Essa é uma visão de educadora, de pedagoga. O que a população quer é outra coisa. A população, que tem uma visão muito diferente da educação. A lei pode dizer que o professor é obrigado a estar na sala de aula. Agora, como é que a gente garante que ele está? Da lei não vai sair. A segunda exigência é que as crianças aprendam a ler, escrever e contar.

**Estado** — Para onde levamos a educação brasileira? Essa lei não aponta isso.

**Gianotti** — Felizmente. A lei tem que ser formal, senão ela seria uma lei totalitária.

**Cury** — A lei contempla alguns grandes princípios e um deles é a formação do professor. Nesse aspecto, há duas grandes contradições e elas têm que ser resolvidas, independentemente da lei, embora a PEC vá ajudar um pouco isso. A lei acena para uma sociedade polivalente. Ocorre que a formação dos nossos professores faz com que eles sejam monovalentes. A segunda é que a população não quer tirar o filho da escola, mas por conta dessa formação monovalente acaba obrigando o menino a repetir uma vez, a segunda vez, a terceira vez e, na quarta vez, o sistema expulsa o menino. A população é renitente. A lei sinaliza uma sociedade onde o menino não pode mais sair da escola sem saber escrever uma carta, sem dominar as operações básicas, sem ter um conhecimento razoável de Geografia, Física, História, Ciências Naturais, etc. É uma coisa ra-



Alunos em pátio de escola: participação depende do desenvolvimento da cultura democrática no País

zoável, não é querer dar carne de porco para recém-nascido. Então, é adequada àquele menino de 1ª a 4ª, que precisa de coisas fundamentais para depois ter capacidade de debulhar definições de filosofia ou de política. Acho que aí é que entra a função executiva dos governos: é como criar um novo perfil de professores que tenha sensibilidade para essa socialização familiar diferente da que ele tem e, ao mesmo tempo, projetá-lo para uma sociedade com tipo de formação que se encaminha para a polivalência. Esse é o grande desafio da escola brasileira hoje. Qual escola vai funcionar se o professor não tiver uma valorização? Eu acho que aqui pode entrar o segundo assunto, que é a questão da PEC. Por mais que critiquem a PEC, ela tem um mérito: pegou determinado mandamento constitucional para botar em prática. Isso é um passo importantíssimo para redimir o professor dos salários vergonhosos.

**Eunice** — Dentro de toda essa questão geral, a relação entre a família e a escola é uma relação muito importante. A defasagem do professor em relação às expectativas da família, a diferença fundamental entre a expectativa da família e a expectativa do educador, tudo isso são os problemas cruciais que vamos ter na reformulação da formação do professor. Mas há uma coisa muito importante. Nas estatísticas que tenho, 92% das crianças estão chegando à escola e 50% estão terminando. Como é que se dá a participação da população? Normalmente, não é o que os movimentos organizados entendem por participação, que seria eles irem ao Congresso dizer como é que deve ser a lei. Obviamente, não se pode consultar a população inteira para fazer uma lei. A participação fundamental vai se dar quando for aberta a perspectiva da participação efetiva no processo educativo, na relação com a escola. Isso está mudando muito porque boa parte dos pais já esteve na escola. Um pai que nunca esteve na escola é um pai intimidado. Quando muito, manda o filho para lá, mas não tem idéia do que exigir. Assim, exige o mínimo que é a presença do professor.

Por isso, estamos mudando e tendemos efetivamente a suprir essa lacuna da universalização do processo, mas

vamos ter uma geração cujos pais podem participar. A PEC avança para começar a ter um salário decente para quebrar o ciclo perverso, o círculo vicioso, que é professor mal formado e salário irrisório. Ele tem de ser quebrado dos dois lados porque há uma resistência corporativa muito grande e não se pode pagar diferenciado para o professor melhor formado e para o pior formado. Mas, de qualquer forma, a própria diferenciação da formação vai ter de ocorrer porque não podemos treinar todo mundo ao mesmo tempo. Um milhão e meio de professores não vão adquirir um mesmo nível de competência ao mesmo tempo num programa acelerado de dois anos.

**Estado** — Nos últimos anos formamos uma geração de pessoas que se frustraram muito com a escola. Essas pessoas serão pais de crianças que vão estar na escola daqui a algum tempo. O Brasil tem uma tradição de 480 anos de centralismo, em que as decisões foram tomadas sempre pelo poder central, e agora estamos vivendo esse ambiente de democracia

que chama a participação da população nos atos. A população não está sendo pega de surpresa?

**Eunice** — A população sempre teve que tomar decisões, a sobrevivência nessa sociedade sempre foi uma coisa complicada, frequentemente ela teve que tomar decisões sem nenhum instrumento público que a auxiliasse a ter uma formação. A escola, mesmo a que freqüentamos, não é boa, mas faz uma diferença positiva. Na minha experiência, notei que ter ido à escola e aprendido a ler e a escrever, por pior que tenha sido a escola, é valorizado como um instrumento muito positivo. As pessoas têm orgulho de saber ler e

escrever. Mesmo que escreva mal é uma coisa que faz uma diferença brutal. Então, essa frustração com a escola não é desse teor. Não se desvaloriza a presença do filho na escola, muito pelo contrário, vai se exigir que a criança vá para a escola e haverá mais condições de saber se a criança está ou não aprendendo a ler. Uma população que foi à escola, mesmo que tenha aprendido pouco, tem condições de exigir mais. A população que foi à escola valoriza ter ido à escola porque aprendeu.

**Gianotti** — Tem um outro aspecto que a meu ver é importante e, de certo modo, é um fator que contrabalança esse aspecto positivo. Quando estamos falando na população, estamos esquecendo que o caráter da população pobre no Brasil mudou violentamente durante os últimos anos. Se pegarmos o ensino público primário no Brasil em 1930, quando as linhas tias começaram a ensinar, a estrutura social era outra. O que tivemos foi a expulsão violenta de toda essa população do campo para as periferias das cidades e nessas periferias temos uma grande anomia, onde a escola é altamente valorizada e, muitas vezes, tem a obrigação de ser benéfica. Por mais que a gente possa falar mal dos Cieps, eles tinham uma coisa extremamente meritória que era levar em conta que essas crianças estavam desgarradas das instituições sociais, desgarradas da família e precisavam de um atendimento integral. Se o sistema como é extremamente caro e é impossível de ser estendido, o que sabemos é que a escola primária deverá ter um caráter de emergência em face dessa miserabilidade periférica que existe nas grandes cidades.

**Eunice** — A população sempre teve que tomar decisões, a sobrevivência nessa sociedade sempre foi uma coisa complicada, frequentemente ela teve que tomar decisões sem nenhum instrumento público que a auxiliasse a ter uma formação. A escola, mesmo a que freqüentamos, não é boa, mas faz uma diferença positiva. Na minha experiência, notei que ter ido à escola e aprendido a ler e a escrever, por pior que tenha sido a escola, é valorizado como um instrumento muito positivo. As pessoas têm orgulho de saber ler e

**Estado** — Ou seja, o mercado espera que a escola forme pessoas técnicas, a família espera um pouco de assistencialismo e os professores esperam uma escola filosófica. Os pensadores da educação esperam uma escola que forme cidadãos, que forme pensadores, que forme críticos?

**Cury** — A área dos educadores está muito fraturada por várias tendências a esse respeito. Houve no final da década de 70, uma discussão muito famosa que era se o professorado deveria inclinar-se mais para a competência técnica ou se deveria encaminhar-se para uma formação política. Certamente, os dois pontos recobriam uma característica de humanismo ou aspiravam pelo menos as características de um certo humanismo. Hoje a área continua fraturada um pouco por esse tipo de dualismo e custa a entender que as precondições para se ter opções políticas passam necessariamente pelo domínio das habilidades, que só a escola básica pode dar. Então, não faz sentido querer ensinar teorias avançadíssimas quando a criança acabou de sair de casa e entrar na escola. Há um razoável consenso de que a formação do professor hoje deve incluir habilidades fundamentais para a apropriação dos instrumentos da leitura, da escrita, etc. Mas a discussão ainda permanece um pouco sobre esse ponto de vista. Uma segunda discussão, quase eterna, é a dos salários. Os professores ora são victimados ora são heróis porque, apesar do salário baixo, descobre-se que eles têm um absenteísmo muito menor do que o esperado. A escola é um dos poucos lugares de presença pública, sobretudo nos bairros da periferia, onde, comparativamente a outras formas de presença do poder público, é a do professor. Por incrível que pareça, segundo uma das últimas pesquisas que li, o grau de absenteísmo do professorado é baixo. Ele ganha um maior grau de absenteísmo nas greves, mas no tempo normal não, sobretudo nas quatro primeiras séries. Agora, se houve uma frustração com a escola, eu diria que essa frustração não foi com quem nunca teve acesso à escola. Foi com aqueles que foram obrigados a engolir uma lei que veio de cima para baixo e da noite para o dia, disse que todo mundo tinha que ser trabalhador, todo mundo tinha que se profissionalizar, todo mundo tinha que ser técnico. Então, mascarou ao invés de explicar. Acho que, aí, talvez tenha alguma frustração com a escola.

**Eunice** — A população não pede assistencialismo da escola, assim como os pedagogos não esperam filosofia. Eles esperam realmente um domínio das técnicas fundamentais: ler, escrever e contar, como se chamava antigamente. A população em geral continua assim.

**Cury** — Continua. É isso que ela quer.

**Eunice** — O resto vem como um acréscimo, mas isso é o que a população vê como essencial. A população cobra. Estamos falando da população e boa parte desse descontentamento é da classe média. O exemplo das tias do professor Gianotti, as minhas também deram aulas numa sociedade estruturada e era bem mais fácil. Mas, naquela época, nem 50% das crianças chegavam à escola no Estado de São Paulo. A diferença é que agora colocamos todos dentro da escola e temos que lidar com isso.

**Eunice** — Naquele tempo também havia uma anomia razoável, só que estava fora da escola, então era mais fácil. A população ex-escrava no Brasil, que era enorme, viveu um processo de anomia durante toda a primeira e a segunda República, e não conseguimos superar ainda. Temos esse passado muito pesado. A classe média pode ter uma frustração com a escola, mas a população que não tinha acesso e hoje tem acesso ganhou alguma coisa e considera que ganhou. Vemos a repetição. É engraçado, as pessoas pensam que as coisas mudaram do dia para a noite. Tivemos um progresso imenso porque o tema da repetição é um tema pelo qual está todo mundo preocupado, por isso vai mudar. Em 1985, o Sérgio Costa Ribeiro levantou esse problema. Até então, o que se falava é que faltava escola. Sozinho, o Sérgio ficou com essa mania da repetição e informou o Ministério da Educação, a Secretaria da Educação e os pedagogos com o problema da repetição. Hoje todos falamos da repetição, o problema chegou à população esclarecido, está atingindo a população que está na escola, onde a repetição passou a ser um problema. Mas foi um imenso progresso porque ela era muito maior, só que ninguém prestava atenção.

**Gianotti** — Hoje a situação do ensino universitário é muito pior do que o ensino fundamental.

**Eunice** — Em termos de progresso, sim.

GRANDE  
PROBLEMA É  
DESPREPARO  
DO PROFESSOR

Orlando Kissner/AE



José Arthur Gianotti

Orlando Kissner/AE



Orlando Kissner/AE